



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011661-17.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Maria Aparecida Novais da Silva**  
 Requerido: **Banco Cetelem S.a.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido imediatamente, porquanto desnecessárias outras provas.

A propósito, cabe notar que as partes, instadas a especificarem provas, silenciaram, caso em que o STJ entende estarem impedidas de "investir contra o julgado por alegada ausência de estágio probatório" (REsp 160.968/DF, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3ªT, j. 23/03/1999).

Trata-se de exegese que decorre de nosso sistema processual preclusivo e do princípio da boa-fé objetiva no processo, em razão da lealdade mínima exigível das partes, já que se a parte, instada a respeito, não requereu a produção de provas, não poderá, em venire contra factum proprium, posteriormente alegar cerceamento de defesa porque não aberta a instrução probatória. No mesmo sentido: REsp 470.709/SP, Rel. Min. CASTRO FILHO, 3ªT, j. 06/04/2004; AgRg no Ag 206.705/DF, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ªT, j. 03/02/2000.

Pois bem.

Cuida-se de ação em que a autora alega ter sido enganada pelo réu, induzida a celebrar um contrato de empréstimo sem tomar conhecimento de que de um empréstimo se tratava. Segundo a inicial, a autora foi levada a crer que aquele dinheiro, depositado em sua conta,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

seria um 'valor a receber', algo gratuito.

Em contestação, o réu trouxe prova de que efetivamente o empréstimo foi celebrado, conforme fls. 71/81.

A autora, em réplica, impugnou tais documentos, alegando falsidade e que jamais houve qualquer contratação. Todavia, a alegação de falsidade causa espécie porque é até incoerente, em boa medida, com a narrativa que havia sido apresentada com a petição inicial, dando conta de que efetivamente houve o contato e o contrato entre as partes, sendo que o problema não estaria aí e sim no fato de que a autora, ao contratar, por ser analfabeta, não teria sido adequadamente orientada a propósito do teor da avença.

Não se pode simplesmente presumir que a autora foi enganada e muito menos que o instrumento contratual seria falso. Há nos autos prova da contratação.

Se não bastasse, consequência necessária de eventual anulação da avença seria a autora devolver o montante que lhe foi depositado em cumprimento ao mútuo, desdobramento este ao qual a autora não anui, porque foi intimada a depositar nos autos esse montante (fl. 103), e deixou transcorrer *in albis* o prazo concedido (fl. 110).

Nesse cenário, não há qualquer respaldo para a procedência da ação.

Revogada a liminar, julgo improcedente o pedido.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 04 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**